

NOVOS ATORES EM CENA

Denise Casatti

Assistente de Redação

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da Revista Adusp

Em tempos de profunda crise social, cabe indagar sobre os papéis da extensão universitária e sobre a atenção efetiva que as universidades vêm dedicando a essa atividade. Nos últimos anos, se é verdade que a extensão tem sido relegada a um plano secundário, não é menos verdadeiro que surgiram novos atores neste cenário: os movimentos sociais organizados, a demandar uma intensa interação.

Inúmeros projetos, aproximando esses grupos sociais das universidades públicas estaduais e federais, buscam a construção coletiva de um novo conhecimento, ou a democratização do acesso a saberes antes inacessíveis para amplos contingentes de brasileiros da cidade e do campo.

Abrem-se, desse modo, amplas perspectivas para a extensão, rejuvenescida por essa imersão na realidade social e no mundo do trabalho.

Na Faculdade de Saúde Pública da USP, uma parceria iniciada há cinco anos com a Secretaria Estadual de Saúde, o Sindicato dos Bancários de Campinas e região e a Federação dos Sindicatos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul resultou na publicação de um livro sobre LER, sigla que designa as lesões por esforço repetitivo, doença que atinge pelo menos 40 000 bancários no Brasil.

A pesquisa de campo sobre LER compreendeu 5 464 trabalhadores de cinco bancos estatais,

quatro de Campinas e um de São Paulo, com recursos que totalizaram 245 mil reais, dos quais 90% vieram da Secretaria do Estado da Saúde e o restante do sindicato e da federação. A Faculdade de Saúde Pública forneceu recursos materiais, humanos e infraestrutura.

O sindicato financiou a publicação do livro *LER - detecção precoce e suas relações com gênero, idade e função*, com tiragem de 3 000 exemplares. Socializando-se o conhecimento produzido, quer-se alertar a categoria contra essa doença ocupacional.

“Em 1995, percebemos que o número de casos de LER vinha

crescendo assustadoramente. Algo tinha de ser feito em termos de prevenção. Organizamos um debate com a participação dos trabalhadores adoecidos, e todos os grupos de trabalho apontaram a necessidade de uma atividade de detecção e diagnóstico precoce”, explica Waldney José Biz, diretor de saúde do Sindicato dos Bancários de Campinas. “Na mesa de negociação, precisávamos de dados científicos, e nada melhor do que a USP para nos dar esses dados”.

De acordo com Biz, os resultados superaram as expectativas. “Conseguimos dados que eram desconhecidos. Por exemplo: por

que as mulheres adoeciam em maior número? Descobrimos que a LER ataca mais o pessoal de baixo escalão, escriturários e caixas, onde as mulheres são maioria. As mulheres são discriminadas e não ocupam cargos de chefia. Nas cerca de 260 agências bancárias da região, nenhuma mulher é gerente”.

A extensão universitária é uma atividade prioritária para o professor Herval Pina Ribeiro, coordenador da pesquisa. Autor de dois projetos em andamento envolvendo convênios com sindicatos, e outros dois em fase de discussão, ele ressalta que o importante, em trabalhos desse tipo, é montar as parcerias resguardando a independência e a missão de cada uma das diferentes instituições envolvidas.

Outro projeto interinstitucional desenvolvido pelo professor tem como objetivo realizar o censo domiciliar de saúde na região de Osasco. A idéia é disponibilizar os dados para que os municípios possam administrar as questões de saúde baseando-se nas necessidades da população: “Prendemos fazer todo o levantamento de dados em tempo real. A cada mil domicílios faremos a primeira apreciação e já tentaremos viabilizar uma discussão com as partes envolvidas”. O projeto envolve a Secretaria Estadual de Saúde, a Prefeitura de Osasco, a Escola Paulista de Medicina (Universidade Federal de São Paulo) e dezenas de entidades sindicais e populares.

Entre obter as informações e executar uma política social existe uma distância. “Políticas públicas



Herval Ribeiro: é preciso valorizar a extensão

precisam ter continuidade e para isso é necessário existir movimento social organizado. A comunidade precisa atuar para que os dirigentes façam o que seja de interesse público”, esclarece Ribeiro.

Embora projetos dessa natureza sejam importantes, o professor diz que não são prioritários na universidade e nos órgãos de financiamento, pois falta identificação entre essas instituições e a sociedade. “Pesquisas abertas, que não têm metodologia e resultados dentro do escopo acadêmico tradicional, não recebem financiamento”, revela.

No seu entender, as atividades extensionistas serão valorizadas à medida que os trabalhos, que são de longo prazo, se tornem mais visíveis, que se mostre sua factibilidade e que se compreenda que ciência não se faz esperando resultados imediatos. “A ciência se faz por tentativas. Devem-se premiar as tentativas porque elas em si mesmas são descobertas.”

Saúde no campo

Em Araraquara, na Faculdade de Odontologia da Unesp, os docentes da disciplina de Odontopediatria, dois estagiários da área e os quartanistas do curso de graduação têm um contato direto com as crianças do assentamento Bela Vista, do MST. O atendimento clínico é realizado no posto de saúde do local durante oito horas semanais. Há também o trabalho educativo. Numa escola situada no próprio assentamento, os alunos do ensino fundamental recebem informações sobre saúde bucal. Fora da sala de aula, atividades lúdicas como gincanas, jogos, brincadeiras e peças teatrais buscam conscientizar as crianças da importância de cuidar dos dentes.

O projeto é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Araraquara, que fornece o material de consumo e o transporte, e a Faculdade de Odontologia. Segundo a

professora Angela Cilense Zuanon, coordenadora do trabalho, após cinco anos de atendimento observou-se que as doenças bucais estão sendo controladas e que as crianças estão mais informadas. Em 1999, foram realizados 394 atendimentos em 73 crianças.

Além desse projeto, Angela coordena, juntamente com o professor Cyneu Aguiar Pansani, o trabalho "Promoção de Saúde e Atendimento Precoce", em que casas e lotes do assentamento são visitados com o objetivo de examinar crianças de zero a quatro anos de idade. Esclarecer as famílias sobre a importância do atendimento odonto-

lógico precoce faz parte do trabalho, que é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A vez dos sem-terra

Mil jovens de todo o país chegaram à Unicamp no dia 19 de fevereiro. Não eram calouros: foram selecionados nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST) para participar do 2º Curso sobre Realidade Brasileira. Durante dez dias assistiram a aulas e palestras. Foi a segunda vez que a Unicamp cedeu suas instalações para o MST.

Em julho do ano passado aconteceu o primeiro curso, e o próximo está marcado para fevereiro de 2001. Cursos semelhantes foram ministrados na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A USP também aproxima-se dos sem-terra, não diretamente, mas por intermédio de convênio, assinado em novembro de 1999, entre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O convênio, com duração de cinco anos, prevê "ações conjuntas nos campos da educação, pesquisa e exten-

MST "OCUPA" OS CAMPI

Em 1986, quando Bernardo Mançano era aluno do curso de Geografia da USP e fazia a disciplina Geografia Agrária, o professor Ariovaldo de Oliveira sugeriu a ele que procurasse estudar o MST, que dava início, então, às primeiras ocupações de latifúndios. Desse contato surgiu, posteriormente, o convite feito a Mançano por lideranças dos sem-terra, para que ele escrevesse a história do MST, e ele fez disso sua tese de doutorado, que acaba de concluir na USP.

Hoje, pode-se dizer que Mançano engajou-se inteiramente no intercâmbio da universidade com o movimento social. Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente, ele é também o responsável pelo Setor de Educação do MST, o qual procura garantir a existência de escolas para crianças e jovens em todos os acampamentos e assentamentos dos sem-terra, bem como cursos de alfabetização de jovens e adultos.

Uma das principais frentes de atuação do Setor de Educação do MST é a formação de professores. "Temos viabilizado convênios para criar cursos de

Pedagogia da Terra: em 1998 com a Universidade de Ijuí (Unijui), em 1999 com a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) e agora com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste ano estaremos formando em Ijuí, no Rio Grande do Sul, a primeira turma: 60 alunos oriundos do MST, professores de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil, e que tinham apenas o segundo grau", informa Mançano. Trata-se de cursos de dois anos e meio de duração, de nível superior, e que concedem, portanto, diploma universitário. "Nosso objetivo, depois, é batalhar a pós-graduação".

Todos esses cursos são em parte presenciais, e em parte à distância, com textos didáticos e relatórios trocados pelo correio.

Documentação

Outro fruto das iniciativas do professor é o Centro de Documentação do MST, que funcionará no Centro de Memória da Unesp, e deverá ser aberto aos interessados, para consulta, em agosto deste ano. "A idéia surgiu do projeto de escrever a história do MST. Visitei 22 estados onde o movimento está

Antoninho Perri/Unicamp



No ginásio da Unicamp, música para os sem-terra

são”, por meio da “ampliação de conhecimentos dos técnicos, docentes, alunos e populações rurais atendidas pelo Itesp”, isto é, fundamentalmente serão beneficiados os

contingentes humanos organizados pelo MST no estado de São Paulo.

Prevê-se, ainda, “intercâmbio das políticas, programas e metodologias desenvolvidas pelas respecti-

vas instituições, dentre as quais mediação de conflitos fundiários, regularização fundiária, geoprocessamento, cartografia, estratégia de pesquisa e elaboração de laudos antropológicos”, este último item concernente às comunidades quilombolas. De acordo com a diretora de formação e promoção institucional do Itesp, Márcia Regina Andrade, é um privilégio fazer um convênio com uma instituição universitária desse porte: “A sociedade tem que saber que a USP de fato está voltada às questões sociais”. Na sua opinião, essa preocupação não é comum nas universidades. **RA**

organizado, recolhi nessa pesquisa teses, livros e monografias, entrevistei 156 pessoas no Brasil inteiro. Então, nasceu a idéia de criarmos o Centro de Documentação”, relata Mançano.

O convênio de criação do Centro de Documentação foi assinado em setembro de 1999 pelo reitor da Unesp, Antonio Manuel dos Santos, e por José Trevisol, presidente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, representante legal do MST.

“É extremamente coerente que USP, Unesp, Unicamp realizem convênios com o MST, porque elas são espaços geradores de conhecimentos da história e da realidade brasileiras, e o MST é um dos principais movimentos de ressocialização da população pobre do Brasil”, sustenta o professor. “Sozinho o movimento não consegue atuar com mais competência nesse trabalho, porque na luta pela terra ele vai fundo, mas quando chega na parte do desenvolvimento econômico do assentamento é fundamental o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a Universidade tem tudo para contribuir”, explica.

Um convênio com a Universidade de Brasília (UnB), envolvendo professores desta instituição e da Unesp, Unicamp, Universidade Federal Rural do



Arquivo pessoal

O professor Mançano e João Pedro Stédile, um dos líderes do MST

Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), tornou viável a realização de um curso de administração de cooperativas, destinado a agrônomos, técnicos agrícolas e administradores de cooperativas do MST.

Mançano usa uma frase de efeito para definir o que está acontecendo: “O MST está ocupando a universidade”.